



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

BIANCA DE SANTANA TRINDADE

A DITADURA MILITAR NA CIDADE DE SANTO AMARO - BA

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

BIANCA DE SANTANA TRINDADE

A DITADURA MILITAR NA CIDADE DE SANTO AMARO - BA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em História, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Victor Martins de Souza

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

T753d

Trindade, Bianca de Santana.

A ditadura militar na cidade de Santo Amaro - BA / Bianca de Santana Trindade. -
2023.

27 f.

Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Humanidades e Letras dos
Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

1. Ditadura - Santo Amaro (BA). 2. Santo Amaro (BA) - História. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 981.42

Aos meus pais, Cintia e Ricardo,
por serem meu porto seguro,
minhas razões de vida.
E a minha família,
por todo apoio e energias positivas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Cintia de Santana e José Ricardo da Trindade, minha base, pessoas importantíssimas que me ensinaram a resistir e crer na força que a boa educação possui.

Agradeço a minha família, em especial à minhas tias Angela Moreira e Telma Moreira, e a minha avó Maria do Carmo Moreira, que, junto com minha mãe, se preocuparam, apoiaram e vibraram a cada pequeno passo dado na elaboração deste trabalho.

Agradeço a Washington Bento, meu namorado, pela parceria, suporte e companhia.

Agradeço as energias positivas enviadas por aqueles que amo e que infelizmente não estão mais materializados em corpo, meus avós Matildes Lima e José Lima, e meus amigos Esli Pedro e Luís.

Agradeço a Victor Martins de Souza, meu orientador, por todo auxílio e parceria.

Agradeço aos professores Igor Fonseca de Oliveira e Maria Cláudia Cardoso, por todo aprendizado, dentro e fora da sala de aula, por aceitarem compor a banca e pela leitura e contribuição para esta monografia.

Agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa, e me influenciou positivamente a ser um sujeito pensante.

RESUMO

O presente trabalho busca resgatar a memória dos moradores de Santo Amaro a respeito dos personagens do município e do seu protagonismo na Ditadura Civil-Militar Brasileira. Usando dados coletados de arquivos da Comissão da Verdade Nacional e Estadual para representar nomes de personalidades santoamarenses e suas contribuições para a história recente da cidade e do país. Efetivando a voz daqueles que tiveram seus direitos negados, restituindo pessoas e eventos a um lugar de respeito, de valorização ou não, atribuindo assim maior suporte e base histórica para toda a comunidade. Iniciando assim um leque de oportunidades de pesquisa em um território tão rico em história, mas com “problema de memória”.

Palavras-chave: ditadura - Santo Amaro (BA); Santo Amaro (BA) - história.

ABSTRACT

This work seeks to recover the memory of the residents of Santo Amaro regarding the town's characters and their role in the Brazilian Civil-Military Dictatorship. It uses data collected from the archives of the National and State Truth Commissions to represent the names of personalities from Santo Amaro and their contributions to the recent history of the city and the country. Giving effect to the voice of those whose rights were denied, restoring people and events to a place of respect, appreciation or otherwise, thus providing greater support and a historical basis for the entire community. Thus opening up a range of research opportunities in a territory so rich in history, but with a "memory problem".

Keywords: dictatorship - Santo Amaro (BA); Santo Amaro (BA) - history.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAPÍTULO I - IDEOLOGIAS SOCIAIS: SIMPATIA OU RESISTÊNCIA	13
3	CAPÍTULO II - MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DE SANTO AMARO	18
4	CAPÍTULO III - VOZ A QUEM NÃO TEVE	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva histórica, o cenário mundial da primeira metade do século XX era completamente diferente do tempo hodierno. O mundo assistia a guerras civis e revoluções socialistas em todos os seus cantos, sendo alimentadas por Estado Unidos e União Soviética desde a Guerra Fria. O medo da bomba atômica, por exemplo, refreava um conflito direto que desencadearia uma Terceira Guerra Mundial. A partir dos anos 1960 começaram a prevalecer métodos de controle da sociedade para além da violência, envolvendo um vasto sistema de agentes, rede de informações sobre a sociedade e seus habitantes, como também muita mentira e desinformação para as massas, conhecidas hoje como *fake news*, se tornando uma das armas secretas mais efetivas.

Saindo do contexto mundial e adentrando o cenário nacional brasileiro, a ideia de igualdade entre classes sempre assombrou as elites brasileiras, causando tensões sociais, políticas e econômicas em todo território nacional. Nos séculos XIX e XX o comunismo foi associado a movimentos políticos, e foi também uma das grandes desculpas, além da crise e altos níveis de inflação que o país vivia, para a instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil, iniciando-se com o Golpe Militar de 01 de abril de 1964. João Goulart, vice-presidente que tomou posse após a renúncia de Jânio Quadros, e que já era alvo de ataques anticomunistas, foi tirado da presidência após inúmeros episódios conturbado no que tange a má administração político nacional, sua figura e ações eram vistos como a negação dos valores cristãos e a pura irresponsabilidade com o futuro da nação.

O envolvimento ativo do Governo dos Estados Unidos, com interferências na política nacional, apoio financeiro e logístico, também foi de grande importância para a consolidação do golpe militar. Com a ameaça ao capitalismo e o medo exacerbado de uma repetição da Revolução Cubana no maior país da América Latina, envolvendo a Agência Central de Inteligência (CIA), do governo norte-americano –, os EUA implantaram divergências de pensamentos dentro do corpo político e encorajaram militares brasileiros a depor o presidente eleito pelo povo brasileiro. Jornalistas e escritores defendiam que os estadunidenses além de apoiar, também deram início ao golpe em Washington, Edmar Morel (1965) cita em seu livro pioneiro contra o golpe militar, o posicionamento de Lyndon Johnson – 36º presidente dos Estados Unidos, governante entre 1963 e 1969 – afirmando sobre a existência de uma política

destinada a ajudar aos governadores de certos Estados, e assente que haverá “revolução made in USA contra todo e qualquer presidente reformista”. (Morel, 1965, p. 18)

Além das interferências estadunidenses, a participação das elites conservadoras nos acontecimentos pré- e pós- golpe de 1964 acarretaram na concretização do que foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Jango, com uma postura política polêmica, governando por decretos se distancia ainda mais da oposição nacional, no mês de março do ano do golpe acontecia o ápice das agitações nas ruas, das greves e da crise nacional. O não ao comunismo, ligado às *fake news* do período, tomou conta da sociedade, principalmente da burguesia, Carla Simone Rodeghero (2002) discorre sobre o anticomunismo, o que elucida como tal movimento se firmou no país, ela o define como:

[...] uma postura de oposição sistemática ao comunismo que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas [...] uma de suas facetas é o imaginário [...] que define uma identidade distinguindo um “nós” – os anticomunistas –, em relação aos “outros” – os comunistas [...] se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; [...] opera no campo das percepções e das emoções; [...] provoca medo, mobilização ou passividade [...]” (Rodeghero, 2002, p.21)

Entre os anos 1962 e 1963, o Governo Goulart sofreu muitos ataques anticomunistas, como cita Ediane Lopes de Santana (2009), em livro “Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes”, o presidente era visto como “a versão política do ateísmo e da aversão aos valores cristão”, Santana (2009) também aponta as pressões sofridas por Jango e como a escolha por apoiar os movimento sociais e as causas trabalhista enfureceram as elites conservadoras que com a falta de garantia das suas benesses de classe sintetizando todas as tensões do período na organização da Campanha de derrubada do Presidente João Goulart.

A Ditadura Civil-Militar é um tema investigado por uma série de estudos acadêmicos em níveis nacionais, estaduais e até regionais, talvez tratando-se até de um tema tradicional da historiografia brasileira. Mais de duas décadas de repressão e violência deixaram cicatrizes profundas na sociedade brasileira, que também herdou transformações improváveis de serem extirpadas a curto prazo ou de forma brusca. Toda essa história nacional precisa ser amplamente conhecida e investigada em todas as dimensões possíveis. No contexto não acadêmico, o cenário é diferente e exíguo,

criou-se no imaginário social brasileiro, principalmente na dos jovens, a ideia de que o Regime Militar no Brasil aconteceu a muito tempo, que seria uma parte da história nacional muito distante da nossa atual realidade, e que dificilmente acontecerá novamente, mesmo estando a menos de 60 anos de distâncias do ano atual.

Logo, o objetivo desta monografia é conhecer a realidade social da cidade de Santo Amaro da Purificação, no período da Ditadura Civil-Militar, uma cidade do recôncavo baiano que fica a aproximadamente 80 km de distância da capital, e que interessantemente, seus moradores da época, relatam hoje, que não houve mudanças na vida cotidiana e que a ditadura não chegou à cidade, algo que é quase impossível de acreditar tendo consciência da durabilidade e do nível de violência e força que foi o período em estudo. O fato é que houve sim Ditadura Civil-Militar em Santo Amaro-BA, o que pode ter acontecido é que os eventos se deram de forma mais implícita para a maioria da sua população, ou então, no decorrer das décadas pós-regime não ocorreu uma política de memória do período na localidade. Assim, com o passar das décadas, os habitantes foram esquecendo do ocorrido.

A pesquisa exploratória que iniciei para a elaboração desse projeto, detectou uma minoria de ativistas ou opositores ao regime, composta por, na época, jovens jornalistas e trabalhadores sindicalistas, que também tiveram seus atos esquecidos com o passar dos anos, mas importantes para a história santoamarense. Com isso, este trabalho pretende também identificar os personagens do município que foram atuantes na resistência ao regime ditatorial, caracterizar as ações de resistência ao regime na cidade, e contribuir para a situar a cidade de Santo Amaro no debate acadêmico sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para alcançar esses objetivos, esta pesquisa irá estimular reflexões sobre o tema, ajudar no reconhecimento da comunidade para com aqueles que sofreram diretamente com toda a violência e vivem ainda com traumas, conceder aos moradores da cidade informações para este reconhecimento, fazendo assim reavivar suas memórias de uma forma mais analítica a fim de perceberem como a Ditadura Civil-Militar existiu em suas vidas por 20 anos e saber suas percepções e posicionamentos perante aquele contexto político vivido, o que isso pode revelar sobre a história contemporânea de Santo Amaro e qual o efeito de um acontecimento político nacional de tal magnitude na vida cotidiana e na história local.

A presente pesquisa encontra-se construída de maneira objetiva, estruturada de modo a dinamizar o entendimento de um tema tão sensível e dolorido quanto o de

análise. É dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “ Ideologias Sociais: simpatia ou resistência”, é constituído pela apresentação de um conjunto de eventos ocorridos no macro, Brasil de modo geral, passando pela capital, Salvador e no Recôncavo Baiano, estacionando em Santo Amaro/BA. Neste capítulo serão apresentados o conceito de história política, memória e esquecimento, através da visão de alguns autores como José D’Assunção Barros e Paula Hamilton. Também serão expostas algumas percepções de pesquisas que retratam o contexto e as mudanças sociais através da análise de autores como Antonio Mauricio Freitas Brito, Daniela Moura Rocha Souza.

O segundo capítulo “Memória e Esquecimento de Santo Amaro”, apresentará a perspectiva dos sindicalistas, sobretudo santoamarenses e entenderá um pouco mais sobre as realidades e toma de decisões das figuras atuantes contra a Ditadura Civil-Militar no município, que foram resistentes ao regime ditatorial, caracterizando também suas ações ao regime na cidade

No capítulo três, será apresentado uma entrevista feita com um dos depoentes da Audiência Pública feita em Santo Amaro, elaborada a partir de relatos dos personagens a fim de contribuir para a situar a cidade de Santo Amaro no debate acadêmico sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

2 CAPÍTULO I - IDEOLOGIAS SOCIAIS: SIMPATIA OU RESISTÊNCIA

Em todo o mundo, diversos países manifestaram-se contra o comunismo. A preocupação com a democracia e a radicalização intensa que acontecia no Brasil também fez o povo ir às ruas para, até então, a maior manifestação pública da história nacional. A primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade aconteceu em São Paulo, no dia 19 de março, jornais da época relataram a presença de 1 milhão de pessoas, e a marcha, como uma festa da democracia. Porém, além de São Paulo, as manifestações espalharam-se por todo o país. As grandes rádios nacionais e do interior aderiram à defesa do governo democrático e ao alerta para o golpe planejado pelas esquerdas com o apoio do presidente da república. Logo, concluiu-se que a maioria dos brasileiros era a favor de uma intervenção militar em 1964. Tido como uma intervenção política em defesa da nação e benefício ao país, que vivia ameaçado em sua ordem democrática, o golpe foi apoiado e admirado principalmente entre a classe dominante brasileira, sendo legitimado como um regime militar, longe de ser interpretado como repressivo e discriminatório.

Tramado desde 1961, o golpe teve uma conclusão rápida e deu início a um regime militar de quase duas décadas. Além de repressivo, também era discriminatório, principalmente ao tratar-se de LGBTs, recriminando o movimento por contestação aos “bons costumes” da família brasileira, e censurando amplamente também o movimento negro, que questionava a propaganda oficial de democracia racial, logo, acusados pelos militares, de usar o racismo como “desculpa” para a criação de grupos que aspiravam prejudicar a “ordem social” do país.

Mesmo com apoio das elites, e a maioria da população não enfrentando os militares – de forma direta e ativa –, a resistência não desapareceu. Os protestos eram constantes, cada vez mais reprimidos, e tornavam-se mais violentos, porém, também mais fortes, tendo nos movimentos estudantis uma grande âncora. Houve um retrocesso significativo na educação, principalmente nas ciências humanas, cortes de verbas das universidades, greves e inúmeros prisioneiros políticos fizeram parte deste contexto. Centenas de pessoas foram perseguidas e assassinadas, a história e a documentação existente apontam o período como o de maior violência institucional, e mesmo após seu fim os traumas e cicatrizes perduram no cotidiano daqueles que o enfrentaram na linha de frente.

A capital baiana, assim como a de todas as capitais brasileiras, também passou por grandes transformações e profundos impactos com a Ditadura Civil-Militar. Além da repressão política, a ditadura também moldou aspectos sociais, culturais e urbanos da cidade.

A política soteropolitana enfrentou a crise do novo cenário administrativo, que serviu de campanha para a evangelização como forma de salvação para os problemas nacionais, a Convenção Batista Baiana tinha entre seus membros muitos militares, nomes atualmente conhecidos tiveram atuações diretas e significativas neste período, os batistas baianos possuíam cada vez mais poder político, construído a partir do clientelismo como intermediário, logo, em suas igrejas era comum a presença de irmãos militares. Conforme afirma José D'Assunção Barros (2004), sobre a história política que refere-se a fatores que ajudam a definir a realidade social, como população e o poder, assumindo assim a função de exemplificar e ilustrar. Transpassando pelo campo social, permite, através da relação poder e sociedade, a compreensão do cotidiano e de diferentes arranjos de poder, como os mesmos afetaram e afetam as sociedades, e a própria historiografia (Barros, 2004, p. 3)

As “senhoras soteropolitanas” foram um grupo que representava com muito fervor a classe dominante conservadora de Salvador, mas, no período que antecedeu o golpe não existia uma articulação institucionalizada, foi apenas depois da tomada de posse pelos militares, mais precisamente no dia 15 de abril, que 400 mil pessoas dirigiram-se ao Campo Grande e houve a maior manifestação baiana de apoio aos militares, apoiada também pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado de forma direta. Os jornais da época, além de noticiar os acontecimentos – como a abertura de uma sede da União Cívica Feminina (UCF) em Salvador, comandada por Dona Edith da Gama e Abreu, feminista baiana, fundadora da Federação Baiana pelo Progresso Feminino –, também abriram uma espécie de “caça” aos sindicalistas, jornalistas e todos aqueles que denunciassem as corrupções cometidas pelos militares. O jornal *A Tarde* – existente atualmente, e um dos principais da capital – é citado frequentemente nas denúncias daqueles que foram perseguidos.

Para Antonio Mauricio Freitas Brito, em “Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias”, uma parcela da população se deixou ludibriar, acreditando que os militares devolveriam o poder após o rearranjo da política nacional. Em sua reflexão, afirma que esse grupo mudou de opinião após notar que isso não aconteceria, e parte dele passou a compor, também, a resistência, que encontrou no

movimento estudantil (ME) sua base e no excedente das universidades – alunos aprovados, mas não classificados – “braços” para encarar a luta, visto que o contexto educacional em geral foi fortemente atingido depois do golpe de 1964.

A educação na Bahia, como em todo território nacional, passou por uma reconfiguração em suas políticas, que tiveram grandes impactos para o ensino como um todo, alterada em boa parte de seus aspectos. A educação sofreu e herdou gigantescas mudanças, sendo maior estimulada apenas um tipo ou uma vertente da educação: a básica, como comprova a Daniela Moura Rocha Souza, na publicação de 2016, “Intelectuais, Ideologia e Política Educacional na Bahia durante a Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”. Bem como no resto das escolas nacionais, o ensino básico soteropolitano era incentivado pelo regime militar a voltar-se às atitudes “democrático-cristãs”, enfatizando a ideia de segurança nacional e a valorização e importação, não só da ciência estrangeira, mas de seus costumes em geral, essencialmente a estadunidense. A justificativa para tal postura foi a desculpa do desenvolvimento necessário para expansão e qualificação. A autora afirma que:

[...] “a escola é o instrumento de preparação de intelectuais de diversas categorias” [...] e, quanto mais extensa for sua área e abrangência dos graus superiores de ensino, mais complexa é a sua esfera cultural e sua forma de sociabilidade [...] essa relação entre intelectuais e mundo de produção não é imediata, é mediatizada por todo o tecido social e pelo conjunto das superestruturas nos quais os intelectuais são funcionários, e sua conexão é relativamente estreita com determinado grupo fundamental que lhe dá organicidade. (Souza, 2016, p. 89/90)

Daniela Moura Rocha Souza discorre como a bandeira com o lema “Desenvolvimento e Segurança” também foi desenvolvida nos outros níveis de ensino, inspirando reformas como a do ensino superior (5.540/1968), do 1º e 2º graus (5.692/1971), a implementação da pós-graduação em 1965, a campanha do MOBREAL que surgiu em 1970, com o objetivo de retirar as manchas do analfabetismo do país. O fato é que as reformas na educação, doutrinação do ensino básico e devoção à cultura estadunidense nas escolas, como sinônimo de desenvolvimento, e no país todo, sofreram e sofrem duras críticas, estudiosos apontam uma desvalorização das culturas populares nacionais e do ensino universitário, por parte dos governantes militares.

A resistência baiana à ditadura desempenhou papel importante na história regional e nacional, além do Movimento Estudantil, o Partido Comunista Brasileiro

também atuou amplamente para a manutenção da resistência no território baiano. Inspirados por Ernesto Che Guevara em “A Guerra de Guerrillas”, de 1960, e Régis Debray, em “Revolução na Revolução”, de 1968, os dissidentes do PCB optando pela oposição política por meio da luta armada. Estruturaram-se em organizações com afinidades para o desenvolvimento da luta armada, tendo núcleos de atuação e propaganda revolucionários, além de protagonizarem episódios de confronto contra as forças de repressão.

Outro exemplo de grupo baiano que enfrentou o regime militar foi o CEAS – Centro de Estudos e Ação Social –, que passou a ter um papel mais importante na luta contra a ditadura em meados da década de 1970. Declarava-se publicamente contrário ao regime e à luta armada e usava sua revista, intitulada “Caderno do CEAS” para denunciar a violência, autoritarismo e violação dos direitos humanos provocados pelo regime, sendo a favor da redemocratização. Até os evangélicos tiveram sua parcela de insatisfeitos com as ações do governo ditatorial, grupo que tradicionalmente [..] mantêm o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, porém, [...] densas articulações e barganhas políticas permearam a trajetória dos irmãos protestantes no Brasil e na Bahia [...]. (Silva, 2009, p. 31.)

A Igreja Presbiteriana no Brasil, possuiu um segmento minoritário de “irmãos” protestantes que não gostou da aliança entre lideranças batistas e os militares e criticaram severamente a ditadura, sofrendo represália e prisões. A Juventude Batista Baiana, com seu ideal de politização, não era vista com bons olhos pelos pastores evangélicos, os jovens que a compunham passaram a ser chamados de “cor-de-rosa” e sendo propagados como “opositores, comunistas disfarçados com o objetivo de disseminar a subversão no seio evangélico” (Souza, 2016, p. 115)

Entretanto, apesar da história contar a Ditadura Civil-Militar e suas consequências em todo território brasileiro como algo absurdo – e foi –, nem todos os cantos do país sentiram suas ações da mesma forma. Enquanto Salvador era palco de grandes marchas a favor dos militares, mudanças políticas significativas e confrontos decorrentes da resistência ao regime de exceção, Santo Amaro e sua média de 60 mil habitantes não sentiram o mesmo. Inúmeras obras descrevem e analisam o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil com riqueza de detalhes, apresentam e desenvolvem com excelência o tema no cenário baiano, e de modo geral, até se completam. Entretanto, não encontrei nenhuma obra que mencione o município de Santo Amaro, que possui peso nesse recorte temático, pois dele provém

intelectuais e artistas de destaque que figuraram como opositores à ditadura, como Caetano Veloso e Maria Bethânia.

O fato de não existir obras acadêmicas que tratam do assunto no contexto santoamarense, dificulta não só o reconhecimento da importância da mesma em outros lugares, mas também a criação e persistências das políticas de memória na cidade, abrindo espaço para o esquecimento – problema que a sociedade brasileira sofre como um todo, fazendo-se presente também em Santo Amaro –, associado, sobretudo, ao período de ditadura vivido no país. Vista como um rearranjo do passado, a memória é utilizada na história para auxiliar no enfrentamento e contestação das manipulações de poder, segundo Paula Hamilton (2006, p. 85), “o esquecimento é um dos principais moldes da lembrança nacional”, e cabe ao governo o papel de guardião da memória pública, seguindo em conjunto com as políticas culturais contemporâneas a fim de evitar uma amnésia social.

3 CAPÍTULO II - MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DE SANTO AMARO

A tensão tomava conta de diversos movimentos sociais, incluindo também os dirigentes do sindicalismo petroleiro. As unidades da Petrobras foram transformadas em alvo da fúria dos conservadores baianos, e os sindicalistas pararam as atividades da empresa já no dia 01 de abril como protesto, exigindo a permanência da ordem constitucional, e a restituição do presidente João Goulart ao seu posto. E sem surtir efeito, a resistência na empresa logo chegou ao fim, e já no dia 04 de abril os militares tornaram-se donos da situação.

A inserção e maior presença de sindicalistas no cenário político baiano fez aumentar a vigilância sobre os petroleiros, tanto da polícia política, quanto dos jornalistas. Com uma plataforma política nitidamente de esquerda, a imprensa local mostrou-se bastante preocupada com as atitudes dos sindicalistas, posicionando-os como membros de um “reduto vermelho” (Ivo, 2009, p. 63), alocado em Mataripe.

A trajetória sindical, que até então era marcada pela articulação entre demandas cotidianas trabalhistas e bandeiras políticas nacionalista, sofreu bastante com o golpe civil-militar de 1964, a repressão sofrida pelos sindicalistas explica e justifica muito do retrocesso nas mobilizações operárias. Para os trabalhadores, chefes de família, era um grande risco aventurar-se por política, resultando em demissões, prisões ou até perseguições. Como afirma Alex de Souza Ivo (2009, p. 55/56):

[...] Mesmo para os operários menos envolvidos com as questões sindicais, aqueles dias foram marcantes. As cenas presenciadas por muitos deles, [...] colegas eram presos e interrogados, não saíram de suas memórias. Muitos deles certamente sequer sabiam o que era o tal do comunismo, que tanto se falava à época. A única coisa que tinham certeza era da violência dos homens da VI Região, da perseguição contra seus colegas e da destruição do patrimônio coletivo que eram os seus sindicatos.

Conforme citado acima, em seu capítulo “Uma ‘revolução’ contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro”, o autor deixa evidente os fantasmas que assombram o cotidiano operário. Entretanto, como vimos anteriormente, a resistência existiu também neste cenário, foram criadas listas de auxílio para as famílias dos demitidos perseguidos políticos e colocadas em prática, alimentos eram levados para os fugitivos escondidos próximos aos locais de trabalho.

A insegurança perpassava várias vertentes da sociedade, e é nessa perspectiva que lhes apresento os senhores santamarenses Aloisio Pitombo do Lago, Carlos

Augusto da Silva, Odyrceo da Costa Vagas, Siginaldo da Costa Vagas, na época jovens jornalistas e trabalhadores sindicalistas. Identificados em uma pesquisa exploratória, iniciada para a elaboração de tal projeto, os ativistas ou opositores ao regime, na época, foram arrolados como contrários à ditadura porque tinham algum envolvimento com reuniões partidárias ou apenas porque visitavam as reuniões. Dois casos são exemplares, os senhores Laurindo Pedro Gomes, hoje com 82 anos, e Antônio Gomes Trigueiros, com 81 anos atualmente, eram trabalhadores da Petrobras, vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e diretores do jornal Tribuna dos Moços, criado em 1963, foram perseguidos por causa das denúncias que publicaram no jornal que dirigiam e pelo vínculo com organizações sindicalistas e partidárias.

Existe uma linha tênue e sensível entre a memória e o esquecimento, o tipo de lembrança que restou do período ditatorial no país está diretamente relacionado à ausência de políticas de memória, no âmbito nacional, e, no pessoal e particular, com aqueles que puderam deixar algo a ser lembrado, registro físico ou memorial. Quando se trata do contexto de Santo Amaro e sua realidade no período da Ditadura Civil-Militar esse esquecimento é ainda mais forte, encontrar esses senhores diariamente passeando pelas ruas da pequena cidade e nem suspeitar da força surgida no capítulo da vida dessas figuras é desperdiçar uma história riquíssima, ignorando que a cidade também contribuiu ativamente para a história nacional. Assim o foco desta pesquisa é apresentar assim esses nomes que convivem com a comunidade atual, que em maioria da população não faz ideia de quem foram, e reconhecer essas personalidades e suas contribuições para a história recente da cidade e do país.

Comunicando-se com as ideias da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e almejando “desembaçar” a reminiscência santoamarense, sempre com cuidado, mas entendendo o dever da memória e respeitando-a. Enquanto motivação pessoal, houve desde o início a curiosidade sobre o tema, visto que, uma frase em específica fora constantemente repetida todas as vezes que o assunto era posto em mesa: “Não houve ditadura em Santo Amaro.”, o que no entanto, contrastava bastante com todo o histórico brasileiro. De algum modo essa narrativa faz parecer gerar um tímido alívio para a comunidade, pois se não houve ditadura, então não houve tanto sofrimento.

A investigação acadêmica em torno do tema da Ditadura Civil-Militar na cidade de Santo Amaro é praticamente nula. Percebe-se um “borrão”, um “véu” na memória

da maioria dos habitantes que vivenciaram os acontecimentos, apagando e interpretando de forma incompleta os eventos, limitando assim o repasse dessa história para as gerações sucessoras e a consciência política das mesmas. A descoberta de certos personagens e quem foram eles na ditadura, bem como o cenário político recente inspiraram o presente estudo, portanto o presente trabalho tem entre sua justificativa resgatar essa memória apagada e dissolvida para assim restituir pessoas e eventos a um lugar de respeito, de valorização ou não, atribuindo assim maior suporte e base histórica para toda a comunidade.

Para entendermos melhor o papel desses depoentes na cidade de Santo Amaro e o porque deles não serem reconhecido por suas ações no período ditatorial, é preciso entender o conceito de “história política”, que, segundo José D’Assunção Barros (2004), refere-se a fatores que ajudam a definir a realidade social, como população e o poder, assumindo assim a função de exemplificar e ilustrar. Transpassando pelo campo social, permite, através da relação poder e sociedade, a compreensão do cotidiano e de diferentes arranjos de poder, como os mesmos afetaram e afetam as sociedades, e a própria historiografia. Visando o problema, surge assim uma nova expansão no campo político de atuação do estudo social, a popularização da Nova História Política, que envolve desde o poder na família e na escola, como os movimentos grevistas e às ideologias dominantes, possibilitando ao historiador e ao cientista social compreender espaços que até então eram desconhecidos e compreender o cotidiano através da relação poder e sociedade

[...] a História Política é portadora da delicada missão: identificar, compreender e demonstrar as relações de poder, onde dominantes e dominados interagem. O trabalho historiográfico ao se voltar ou para os dominantes, ou para os dominados, ou ainda para as relações entre os mesmos, oferece embasamento para a construção de imaginários sociais. (Lima, 2012, p. 3)

Se tratando de uma cidade do interior, localizada no Recôncavo Baiano, precisamos falar também sobre “história regional”. Aldieris Braz Amorim Caprini propõe “estudar o contexto histórico de determinado espaço, tomando-o como delimitação para o objeto de estudo” (2010, p. 4), ou seja é necessário estudar também a realidade de cada lugar e fazer um recorte, para assim trabalhar as diferenças entre regiões, tendo em vista por exemplo o tamanho do território nacional,

assim fica mais fácil encontrar pontos que seriam mais difíceis de serem notados um contexto mais amplo.

[...] o estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. (Amado, 1990, p. 12)

A história regional, de acordo com Janaína Amado (1990, p. 12-13.) é capaz de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. E é justamente esse o foco ao pesquisar e trabalhar com os depoentes de Santo Amaro.

Na história, a “memória” é vista como um rearranjo do passado, utilizada para auxiliar no enfrentamento e contestação das manipulações de poder. Tratando de política de memória, segundo Paula Hamilton (2006, p. 85), “o esquecimento é um dos principais moldes da lembrança nacional”, o governo tem o papel de guardião da memória pública, essa deve ser discutida em conjunto com as políticas culturais contemporâneas. O tratamento dado à memória é centralizado, porém, as comunidades locais podem apoderar-se das formas de comemoração local, motivo de tensão, mas que dependendo do olhar pode evitar uma amnésia social. Existe também o medo de que o estímulo das políticas de memória empobrecem as memória já existentes, essas selecionadas, de forma subentendida, para serem lembradas.

A relação entre esquecimento, história política, história regional e memória, nesse contexto, gera um grande oposição entre a “política do esquecimento” e o direito à “reparação histórica”. Os trabalhadores que se posicionaram frente à ditadura, sofreram com acusações injustas apenas por compor o sindicato, o que afetou até seus familiares. Uma "reparação histórica" para com essas pessoas refere-se ao esforço corrigir e compensar as injustiças históricas por toda perseguição, tortura, prisão, discriminação e violação de seus direitos perpetuadas ao longo das gerações.

4 CAPÍTULO III - VOZ A QUEM NÃO TEVE

O testemunho permite à memória individual ganhar uma dimensão coletiva construindo um mundo partilhado em comum. (Amado; Ferreira, 1996). É importante destacar que os depoimentos formam um conjunto complexo que, certamente, ilumina uma história ainda não contada – especialmente pela voz dos perseguidos pela ditadura. O drama, a revolta, a indignação e a dor de cada um ou de seus familiares e representantes é expresso de maneira contundente, com maior ou menor profundidade, nos relatos contidos em cada peça processual colocada a seguir.

Os dados coletados a seguir, foram coletados de depoimentos à Comissão Estadual da Verdade, no dia 15 de maio de 2015, em audiência pública realizada no auditório do Colégio Estadual Teodoro Sampaio, no município de Santo Amaro-BA, ministrada pelo então coordenador da CEV-BA, advogado Jackson Azevedo.

Homens, sindicalistas, que também eram professores, secretários de governo, diretores de jornal municipal, militantes ou frequentadores das reuniões do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Santo Amaro, hoje, todos com mais de 70 anos, e aposentados, afirmam, sempre, como a tortura psíquica era devastadora e até pior do que a física. Os testemunhos, que carregam em suas palavras, lembranças de um passado doloroso e injusto, foram fonte primária, e principal para iniciar e elaborar este trabalho. Entre as acusações, havia comunismo e planejamento para implantar o regime comunista no Brasil, e de responsabilidade pelas finanças, alguns, apontados entre os 10 mais importantes da organização comunista na cidade.

Em análise das mais de três horas de relatos, e fazendo um recorte nas experiências dos mais visados pela ditadura em Santo Amaro, primeiro preso político de Santo Amaro, o senhor Antônio Gomes Trigueiros, e do senhor Laurindo Pedro Gomes, santamarense que reside em São Sebastião do Passé a 51 anos, desde sua fuga da cidade, em razão ao golpe de 64. Questionamentos surgiram a respeito da trajetória desses homens durante o período de perseguição da ditadura civil-militar, esses, pertinentes e valiosos para compreensão do protagonismo santoamarense.

Questionamento 1. Os principais relatos de experiências durante o período de perseguição e prisão.

Trigueiros afirma que ficou encarcerado no Quartel do Barbalho, no Forte de Monte Serrat e no Quartel do 19 BC, no Cabula, preso em 1º de abril de 1964 e liberto em 22 de dezembro do mesmo ano, completando oito meses e 21 dias de prisão, foi

submetido a uma simulação de fuzilamento com pólvora seca, a qual ele não tinha conhecimento, resultando em ter que ser carregado até a cela, pois suas pernas tremiam e não o firmava em pé, tudo isso com a intenção de lhe porpor um tortura psicológica. Em outro momento o senhor Trigueiros também destaca a ignorância e falta de preparo dos oficial de policia, que, depois de questionado sobre o motivo de uma tábua de logaritmos estar em meio de uma pilha de livros considerados subversivos obter a resposta que isso dependeria do autor.

O depoente Gomes relata que não foi preso, mas enfrentou várias situações difíceis desde o dia 01 de abril de 1964, devido a vinganças pessoais por parte dos policiais de Santo Amaro. Para não ser morto, ele teve que fugir, morar e fazendas por certo período de tempo, enquanto sua família também enfrentava ações policiais abusivas, a exemplo, sua filha que nasceu com uma sequela na visão por causa de dois choques recebidos em momentos diferentes por sua mulher, grávida de 8 meses. Apesar das dificuldades, o senhor Laurindo nunca deixou de falar ou questionar, usou de sua inteligência e boas relações para sobreviver e afirma, emocionado, que saiu da cidade obrigado por quem não era santamarense, e que sente falta de sua terra, onde ele cresceu e se criou.

Questionamento 2. Para quem saiu do país, sobre o processo de retorno ao país, e reintegração à sociedade brasileira pós-ditadura.

Mesmo liberto, Trigueiros enfrentou também dificuldades em encontrar emprego, por isso,foi embora para a Europa em dezembro de 1966, onde passou 20 anos de sua vida, tornando-se doutorando em física atômica, retornando ao país em 1986., reintegrando-se a sociedade e trabalhando em São Paulo e Rio de Janeiro.

Questionamento 3. Legado e experiência da ditadura civil-militar deixadas para a sociedade brasileira, em específico a cidade de Santo Amaro.

Trigueiros afirma que acreditava que pegar em armas não seria a solução, o fim da ditadura viria com o grande movimento de massa, e emociona-se ao lembrar dos companheiros da época que morreram, e afirma também, que tudo valeu a pena, justamente por todos os companheiros que pegaram em armas, lutando pelos seus ideais.

Gomes relata que o pecado dos que foram perseguidos era ser idealista, ser contra a exploração dos operários e ter o sonho de ver uma sociedade mais justa, mais organizada e sem terceirização, que em certo ponto eles conseguiram isso, os direitos trabalhistas avançaram. Mas que agora está havendo um retrocessos, os

direitos estão sendo arrancados das que menos tem em prol do capital, entretanto nunca deixará de manifestar seus pensamentos e defender os mais prejudicados para ficar com o capitalismo, e se isso é ficar contra a pátria eles sempre será um antipatriota.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando de política de memória, segundo Paula Hamilton (2006, p. 85), “o esquecimento é um dos principais moldes da lembrança nacional”, o governo tem o papel de guardião da memória pública, essa deve ser discutida em conjunto com as políticas culturais contemporâneas. Segundo Tedesco (2013, p. 5), “a memória é uma espécie de *ruminante*, mas que necessita de auxílio, desejo, apreensão, recepção de alguém para com outro alguém”. O tratamento dado à memória é centralizado, porém, as comunidades locais podem apoderar-se das formas de comemoração local, motivo de tensão, mas que dependendo do olhar pode evitar uma amnésia social. Existe também o medo de que o estímulo das políticas de memória empobrecem as memória já existentes, essas selecionadas, de forma subentendida, para serem lembradas.

Refletir sobre a importância da preservação da memória do período da ditadura civil-militar, na história brasileira é importante para diversos aspectos sociais, políticos e culturais, mas um dos principais pontos é a prevenção de repetições históricas, compreendendo e preservando essa memória, evitando históricos similares. A promoção da verdade histórica, desmistificando narrativas distorcidas e promovendo uma compreensão mais precisa do passado, fortalecendo assim a base sobre a qual uma sociedade democrática se constrói, mais justa, democrática e alerta para possíveis ameaças autoritárias. Uma democracia vive de conhecimento, e reconhecimentos dos erros do passado, com uma educação consciente, ensinando as gerações futuras a compreenderem o passado e a tomarem decisões informadas no presente.

Esse esquecimento não é algo simples, tendo em vista a impunidade dos torturadores e assassinos. A sociedade brasileira tem um defeito gigantesco, que se assemelha a uma amnésia progressiva e/ou seletiva, por mais terrível que tenha sido o acontecimento, e seus agentes, com o passar do tempo vão se apagando da memória nacional, algo entendido de forma positiva pelos opressores, mas preocupante para o futuro das grandes massas com menor poder, chega a ser contraditório, mas é a infeliz verdade, essa amnésia possibilita uma futura ação de mesmo cunho. Para aqueles que tomaram a pílula vermelha e estão constantemente em batalha contra o total esquecimento cabe força para evitar uma nova era de repressões, demonstrando que a história nos ensinou e realmente aprendemos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 223 p.
- CAMPOS, Pedro. **O conceito de reparação histórica na perspectiva psicológica**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 10, n. 1, 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v10n1/v10n1a04.pdf>. Acesso em 19 out. 2022.
- COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE BAHIA. **Audiência Pública em Santo Amaro 15/05/2015**. YouTube, 29 mai. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y8hNc-SHull&list=LL&index=165&t=2s>. Acesso em 19 out. 2021.
- CONAPE. **Antonio Trigueiros: anistia com muita garra**. Disponível em: <https://conape.org.br/antonio-trigueiros-anistia-com-muita-garra/>. Acesso em 14 mar. 2023.
- COSTA, Thiago Barcelos. **O papel do sindicalismo no processo de redemocratização brasileira**. *Revista de Psicologia, PUC-SP*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 23 out. 2022.
- COUTINHO, Joana. **Ditadura militar na Bahia: estudo de caso do 2º BEC (1969-1972)**. Universidade Federal da Bahia, Repositório Institucional. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/169/4/Ditadura%20militar%20na%20Bahia.pdf>. Acesso em 20 nov. 2022.
- FARIA, Thamires Riter de. **A Participação dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 1964 no Brasil: A Operação Brother Sam**. Universidade Federal da Grande Dourados, Repositório Institucional. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2743/1/ThamiresRiterdeFaria.pdf>. Acesso em 24 nov. 2022.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. RJ: FGV, 1996.
- MOREL, Edmar. **O Golpe Começou em Washington** (organizado por Marco Morel e Leonardo Brito) 1. ed. em ebook Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.
- NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES**. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e Avaliações: Norte-Americanos, Católicos e a Recepção do Anticomunismo Brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre. 2002.

SA, Celso Pereira de et al . **A memória histórica do Regime Militar em três gerações: conteúdos factuais e juízos críticos**. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo , v. 10, n. 1, p. 36-51, jun. 2008 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000100004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 12 jan. 2022.

Santo Amaro: militantes do PCB depõem na Comissão da Verdade. **Jornal Grande Bahia**, 18 mai. 2015. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2015/05/santo-amaro-militantes-do-pcb-depoem-na-comissao-da-verdade/>. Acesso em: 19 out. 2021.

SOUZA, Daniela Moura Rocha. **Intelectuais, ideologia e política educacional na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. 2016. 1 recurso online (281 p.) Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1628088>. Acesso em: 24 mai. 2022.

TEDESCO, João Carlos. Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. *História: Debates e Tendências* [en linea]. 2013, 13(2), 343-353[fecha de Consulta 7 de Diciembre de 2023]. ISSN: 1517-2856. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456388009>

ZACHARIADHES, Grimaldo. **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes** / Grimaldo Carneiro Zachariadhes (organizador) ; Alex de Souza Ivo... et al. Salvador : EDUFBA, 2009.